



ESTOQUE soma 150 mil veículos nos pátios. Sindicatos alegam que acordo não será viável sem atingir essa produção

# Recusa de Itamar interessa à Fazenda

Governo trava uma luta interna para não perder receita com IPI menor

Renegociação do acordo com o FMI contradiz a redução do imposto

Os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio travam uma batalha intensa nos bastidores do Governo em torno do acordo que se pretende fazer para a redução dos preços dos carros ao consumidor final. Por isso, a resistência do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em concordar com a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) caiu como uma luva nas pretensões do Ministério da Fazenda, que trabalha para que o acordo não aconteça.

No Ministério da Fazenda, e principalmente na Receita Federal, há o temor de que o acordo não estimule as vendas de veículos o suficiente para compensar o que a União perderá com a perda de receita que terá com a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Além do mais, o Brasil negocia uma revisão do acordo acertado com o Fundo Monetário Interna-

cional (FMI) que prevê maior contenção de gastos ou aumento de receitas para este ano.

O temor não é de todo desprezível, principalmente porque o grande mecanismo de vendas de carros, os financiamentos, estão proibitivos, com taxas de juros superiores a 5% ao mês. "É uma aposta (o aumento de vendas) que o mercado está fazendo e que temos de acreditar", diz o secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Hélio Mattar, o negociador oficial, pelo lado do Governo.

## Má vontade

A má vontade da Receita Federal com o acordo foi demonstrada mais uma vez na última sexta-feira, em reunião em São Paulo, quando se pretendia fechar o acordo. A Receita informou que não concorda em estender a redução do IPI para os carros que já saíram das montadoras e estão nos pátios das revendedoras autorizadas, sem compradores. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, o acordo não é viável se não abranger os 150 mil veículos que estão estocados nos pátios das revendedoras.

O Ministério do Desenvolvimento vinha negociando com a Receita para que durante um curto período, nos primeiros dias de vigência do acordo, fossem recolhidas alíquotas menores de IPI em relação àquelas que estão sendo acordadas, para compensar os descontos que as revendedoras teriam que dar na venda de seus estoques, adquiri-

dos com o IPI normal. Antes, a Receita já havia também criado problemas para a inclusão no acordo dos veículos comerciais leves, que representam 15% das vendas das montadoras.

## Resistência

Foi a negociação com o FMI e a posição contrária do Ministério da Fazenda ao acordo em torno da redução dos preços dos veículos que levaram o ministro chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, a engavetar a proposta que lhe havia sido encaminhada por Luiz Marinho, e pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva. Carvalho só desengavetou a proposta no início da semana passada, depois que o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), acionou o presidente Fernando Henrique Cardoso para fazer a proposta andar.

Ainda assim, o Ministério da Fazenda continua resistindo à idéia. Não participou de nenhuma das reuniões entre o Governo, as montadoras, representantes das autopeças e sindicalistas. Na última terça-feira, um dia antes da reunião em Brasília, onde se alinhavou as linhas do acordo, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, se reuniu com o secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Hélio Mattar, o negociador oficial do Governo e transmitiu a ele a posição da Fazenda.

## Compensação

Segundo Maciel, seria admiti-

da a redução do IPI (de 10% para 5% para os carros populares e de 25% para 17% para os carros médios), desde que os estados produtores de carros (Minas Gerais, São Paulo e Paraná) também concordem em reduzir a alíquota do ICMS, de 12% para 9%. São Paulo e Paraná. O problema é que governador de Minas condicionou a redução do ICMS ao recebimento de uma compensação pela perda de receita que terá (R\$ 5 milhões mensais, segundo a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais), se não houver aumento das vendas.

As montadoras e os sindicatos, no entanto, têm pressa no acordo, que garante estabilidade de emprego aos metalúrgicos por pelo menos 90 dias. Os sindicatos temem, as até quatro mil demissões que podem ocorrer nas montadoras (só a Ford aguarda o desfecho das negociações para suspender ou manter o plano de demitir 2,8 mil trabalhadores em São Bernardo do Campo), sem contar o efeito cascata na indústria de autopeças (três empregos para cada um gerado nas montadoras). E as montadoras porque esperam retomar a produção e melhorar suas vendas.

A Fiat Automóveis, por exemplo, produzia no ano passado até agosto, 2.350 carros por dia e hoje vem produzindo apenas 1.500. A expectativa é que as vendas, com o acordo, cheguem a até 1,5 milhão de unidades este ano, contra 1,1 milhão previstas hoje.

AGUINALDO NOGUEIRA  
Repórter do Jornal de Brasília